

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

VOL. 11 Nº 1 - JAN./DEZ. 1991

A MARCHA DA ESCRAVIDÃO BRANCA

Ycarim Melgaço Barbosa*

RESUMO

O tema refere-se a um caso de escravidão por dívida ou peonagem ocorrido no Brasil, numa empresa denominada Reflorestadora Floryl. Recrutou vários trabalhadores no sul de Goiás que foram mantidos em regime de escravidão.

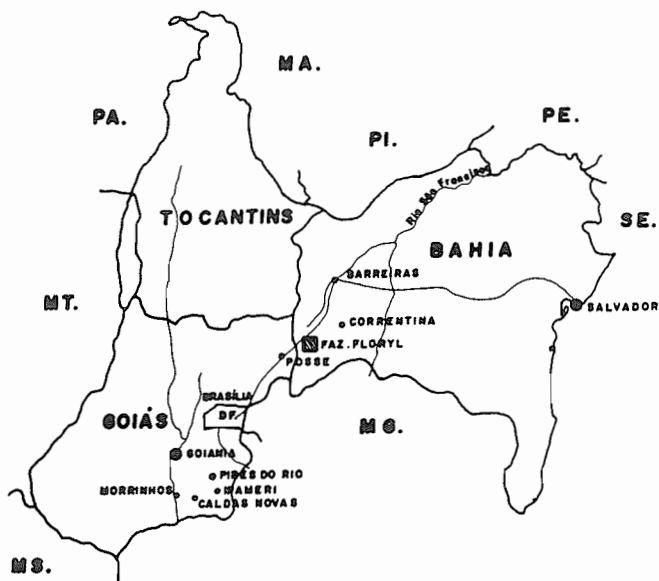
UNITERMOS: Escravidão Branca - Reflorestadora Floryl.

Trataremos de alguns casos de escravidão branca ou peonagem ocorridos na Bahia, com trabalhadores recrutados nas cidades de Morrinhos, Ipameri e Pires do Rio, para trabalharem na Reflorestadora Floryl, localizada em Correntina. Entre os empregados existiam menores, um deles por sorte, conseguiu burlar a segurança dos pistoleiros e fugiu, conseguindo chegar à Morrinhos quando denunciou o fato. A Reflorestadora Floryl pertence ao grupo Shell e possui atualmente 36 mil hectares de terras plantadas com pinus e eucaliptos na região sul da Bahia.

*Pós-Graduando na FFLCH-USP

BARBOSA, Yacarim M. A Marcha da Escravidão Branca. Boletim Goiano de Geografia. 11(1).70-79. Jan./Dez.1991.

"LOCALIZAÇÃO DA FLORYL"
· FAZENDA JATOBÁ ·



MAPA: YCARIM M. BARBOSA.

DESENHO: PAULO HENRIQUE.

ESCALA: 135 Km. = 1cm.

O que chamamos de escravidão branca é, na verdade, a chamada peonagem, segundo Martins P.80/1985, um regime de trabalho baseado na escravidão por dívida e que já foi conhecido em outros países da América Latina. Em alguns países (...) a escravidão aparece disfarçada sob a forma de peonagem. Mediante adiantamentos que serão resgatados com o trabalho e que são transmitidos de geração em geração, o peão, e não só ele; mas também sua família, passa a ser, de fato, propriedade de outras pessoas e de suas famílias. (cf. Carlos Marx, El Capital tomo I, Fondo de Cultura Económica, México 1959, p. 122 nota). Infelizmente, não aproxima-se dessa definição. A peonagem que tem sido denunciada no País corresponde a uma situação temporária no que se refere à empresa, menos temporária no que se refere ao trabalhador que muda de patrão, por venda, fuga ou liberação, e persiste no que se refere ao conjunto da situação.

Nesse regime, os trabalhadores rurais, geralmente camponeses pobres, pequenos agricultores, posseiros, proprietários ou parceiros, são recrutados por empreiteiros de mão-de-obra para trabalhar nas grandes fazendas não só da Amazônia, como muita gente pensa, mas de outras regiões do País. Mediante pequenos adiantamentos para a família que fica, esses trabalhadores são levados para longe, geralmente para o centro da mata, muitas vezes a centenas de quilômetros de algum povoado ou cidade. Lá chegando, descobrem que todas as despesas, desde o adiantamento, o chamado abono, até as despesas de transporte, a alimentação durante a viagem, os alimentos e materiais de que necessita em seu trabalho de derrubada da mata e preparação da terra para formação do pasto, tudo lhe é debitado a preços muito mais altos do que os preços correntes no mercado, mesmo das regiões mais afastadas. Por esse meio, o que o trabalhador de verá receber como pagamento por seu trabalho é sempre insuficiente para cobrir os débitos que já têm. Ele nunca consegue fazer saldo, a não ser quando o patrão permite. Com isso, pode ser mantido cativo durante meses, frequentemente cercado de jagunços armados, como ocorreu no caso citado, para evitar sua fuga. (Martins, 80; 1985).

Não é raro que nessas regiões a própria polícia esteja envolvida na escravidão por dívida. Em algumas áreas do País existe um costume, que não é legal, de os policiais cobrarem dos presos recolhidos à cadeia pública uma taxa de carceragem pelo tempo que ali permanecem detidos, sejam culpados de alguma coisa ou não. Essa ta-

xa não corresponde à fiança, que existe em outros países. Quando o "gato" necessita de trabalhadores, procura a polícia e diz que precisa formar um time, isto é, uma equipe de trabalhadores para um serviço ou uma derrubada de mata. O que a polícia faz é percorrer o povoado e prender, especialmente, os estranhos até formar o número de trabalhadores solicitados. No dia seguinte, aparece o empreiteiro que paga a carceragem e leva os trabalhadores consigo. Nesse caso já estão presos pelo mecanismo de endividamento. (Martins, 81, 1985)

A compra e venda de peões tem sido uma prática comum no Brasil. Através de denúncias a polícia goiana descobriu o tráfico de escravos brancos ou de escravidão por dívida, os quais vivem em total regime de escravidão na fazenda Reflorestadora Floryl; localizada no município de Correntina, na Bahia, a 50 quilômetros da cidade de Posse, no Nordeste goiano. São mais de 25 pessoas entre homens, mulheres e crianças que, em troca de promessas, que nunca são cumpridas, trabalham como escravos. Foram recrutados nos municípios goianos de Morrinhos, Pires do Rio e Ipameri, sendo, em seguida conduzidos em caminhões da firma empreiteira para Correntina, na Bahia.

As denúncias começaram a ser feitas na Delegacia de Polícia de Morrinhos, junto ao delegado titular e, posteriormente, chegaram ao conhecimento do Departamento de Polícia Judiciária. O delegado entrou em contato com as autoridades de Posse pedindo que procedessem investigações. Descobriram haver em torno de 25 pessoas vivendo em regime de escravidão na área da Floryl.

O delegado de Posse esteve no acampamento da empresa denominada Desbravadora, empreiteira da Floryl, em Correntina, Bahia, e deparou com famílias trabalhando para a firma de "graça". Em investigações promovidas no local, o delegado ficou sabendo que a empreiteira manda caminhões ao Sul de Goiás, para recrutar pessoas para o trabalho, fazendo-lhes promessas de que plantarão pinhos. Alguns ficam sem receber os baixos salários por até dois meses. Todos os empregados que são levados para a fazenda vivem em situação bem precária, pois a firma não fornece transporte para o local do plantio, a alimentação é de péssima qualidade e muitos deles dormem em camas sem colchões, quando as tem, pois o restante dorme no chão puro.

Um a um, os dez lavradores de Morrinhos que foram mantidos

em verdadeiro regime de escravidão, na fazenda Jatobá, no município de Correntina, foram chegando a cidade, na última semana (janeiro 1984). Depois de conseguirem burlar a vigilância dos pistoleiros que os mantinham sob a mira de armas. Fugiram a pé, comendo cascas de melancia, milho verde e castanha de Macaúba, caminharam no mato e às escuras, durante 15 horas até à cidade de Posse, onde se dispersaram na tentativa de conseguir comida e carona.

No domingo, seis dias depois de uma verdadeira aventura chegaram a Morrinhos, após percorrerem quase mil quilômetros que os separavam da família. Todos têm uma história, uma aventura diferente. E a única coisa em comum é o arrependimento de deixar-se enganar pelo homem, Gilberto de Oliveira, que fez um anúncio na Rádio de Morrinhos, recrutando trabalhadores braçais, homens, crianças e mulheres prometendo assistência médica e dentária, bons alojamentos, boa alimentação e Cr\$ 3 a 5 mil por dia para plantar eucalipto.

O anúncio surgiu no programa do "Chico Flor", no dia 30 de dezembro último. Foi um alvoroço. Os seis mil trabalhadores braçais desempregados da cidade, enlouqueceram-se para assumirem a empreitada. Não houve nenhuma dificuldade para recrutamento desta mão-de-obra depois das promessas de bons salários e moradia por conta da empresa. Contratados, partiram no dia seguinte. Mais de 30 pessoas apenas na cidade de Morrinhos foram recrutadas. Nas imediações entre as cidades de Caldas Novas e Ipameri, outros 50 integraram o grupo. Segundo depoimentos, usavam um caminhão Mercedes Benz, de Uberlândia-MG.

Outra preocupação dos lavradores de Morrinhos é quanto aos outros 20 da mesma cidade que ainda não apareceram, assim como os 50 da região que não deram notícia. Eles podem ter morrido na tentativa de fuga.

O ANÚNCIO PARA O RECRUTAMENTO

Tudo começou, de acordo com os fugitivos, com um anúncio veiculado no dia 30 de dezembro de 1984, na rádio de Morrinhos: "Precisa-se de 50 trabalhadores braçais para trabalharem no município de Posse, Goiás, no plantio de eucalipto. A pessoa interessada terá alojamento e refeição. Paga-se de 3 a 5 mil por dia, livres de qualquer

BARBOSA, Yacarim M. A Marcha da Escravidão Branca. Boletim Goiano de Geografia. 11(1).70-79. Jan./Dez.1991.

despesa. Haverá condução para levar e trazer as pessoas ao serviço. Os interessados poderão procurar Gilberto de Oliveira, no armazém do Arnaldo, Setor Cordeiro".

Edson Vaz Ferreira, de 26 anos, casado, pai de três filhos, um dos líderes da fuga, diz que a primeira grande mentira de Gilberto de Oliveira, começou aí: "Ele prometeu nos levar para Posse, mas fomos parar em Correntina, na Bahia, uma fazenda de 10 mil alqueires, conhecida por Jatobá, de propriedade da firma Desbravadora, da Floryl".

Edson e os companheiros de trabalho disseram que ao chegar à fazenda, nada correspondia às promessas de Gilberto: "O alojamento era um buraco sem paredes. Não tínhamos cama e dormíamos todos amontoados, sem cobertas. Pela manhã, a refeição era apenas um café ralo. Às 11 horas, portanto, sete horas depois de já estarmos no trabalho, nos serviam arroz, feijão e macarrão, tudo sem sal e sem gordura. A noite, nos davam uma sopa de fubá e ficavam nos vigiando de armas em punho. Depois veio o pior da história: ao invés de nos pagarem os Cr\$ 3 mil por dia, nos davam Cr\$ 150 por rua de eucalipto, 250 pés plantados. E quando alguém dizia que pretendia sair, vinha a ameaça: se acham que vão conseguir; podem tentar" (Diário da Manhã, 21.01.84).

A revolta passou a existir em todos os pontos em todos os pontos da fazenda, mas ninguém tinha como fugir. Homens armados, comandados por dois jagunços identificados apenas por "Gilberto" e "Netinho", não permitiam qualquer movimento suspeito. "Eles nos colocavam às 18 horas no acampamento, e não deixavam a gente sair nem para fazer nossas necessidades fisiológicas. Quando insistíamos, o "Netinho", que usava como armas um facão e uma carabina "44", dizia que nos degolaria". (Diário da Manhã, 21.01.84).

Em meio à revolta, surgiu a voz estridente de Divino Eterno Vieira Nunes, um garoto de 11 anos de idade, que resolveu aceitar o convite de Gilberto de Oliveira para sair de Morrinhos e trabalhar na fazenda, de Posse, a fim de manter a família, pai deficiente físico, mãe já idosa e uma irmã de dois anos de idade. "A gente tem de fugir daqui". Ninguém deu importância ao comando do menino. Divininho também era conhecido por "Ratinho". Mas naquela noite ele decidiu: "Se vocês não vão, eu vou sozinho". E ele foi o primeiro a

chegar a Morrinhos e denunciar o regime imposto na fazenda. Procurou o delegado de sua cidade, sargento Geraldo José de Lima, que já havia recebido denúncias dos familiares das pessoas que haviam imigrado para aquela região, e que deveriam ter chegado no último dia 8 de janeiro.

Para podermos ter uma noção da fuga do menino Divino Nunes, transcrevemos detalhes dos jornais "O Diário da Manhã, 21.01.84" e "O Popular, 21.01.84". Divino Eterno Vieira Nunes, vulgarmente conhecido como Ratinho, com idade de 11 anos. Na época do recrutamento, não pesava mais que trinta quilos e 1.40m de altura. Tinha como responsabilidade ajudar a família. Sonhava juntar Cr\$ 50 mil e trazer para sua mãe comprar "uns volumes de arroz, feijão e banha". Em Morrinhos, segundo Divino, a vida estava difícil. Capinar quintal não era a melhor ocupação que havia encontrado até agora, para ganhar em média Cr\$ 1.500 cruzeiros por dia. E a grande oportunidade de manter o pai deficiente físico da perna direita, a mãe e a irmã, foi aceitar a proposta de ir para Posse plantar eucalipto.

"No começo, quando fui falar com "seo Gilberto de Oliveira, ele me disse que eu era muito pequeno. Disse-lhe que sabia trabalhar e que, desde os 8 anos, como meu pai havia caído da carroça e teve de amputar uma perna, fui obrigado a trabalhar duro. Garanti que daria conta do recado. Por isso ele me levou". Fui pra lá e ele me disse que ia ganhar bem. Me prometeu coisa que eu nunca imaginei. Sonhei até em comprar uma boneca para minha irmãzinha Maria Aparecida".

Perguntado sobre como decidiu voltar para Goiás, ele não tubeou. "O homem não cumpriu a promessa. Falei com os outros que estavam trabalhando na mesma fazenda e eles não me ouviram. Queria que corrésemos para cima dos homens que nos mantinham com fome e nos obrigando a trabalhar, para desarmá-los e fugirmos. Mas ninguém me ouviu, por isso, resolvi sair sozinho".

"À noite que resolvi sair, fiquei sentado no chão, que também era a minha cama, até as 8hs da noite. Estava muito cansado e a comida que me deram a noite não matou minha fome. Disse para um dos jagunços que ficou do lado do acampamento que iria no mato um pouquinho. Ele me deixou e eu corri muito. No dia seguinte, acordei no

meio de uma mata. Não se lembro exatamente o que aconteceu. Mas andei sem rumo, e, quando me dei conta; cheguei numa estrada. Consegui carona com um camioneiro para a cidade de Posse. Quando cheguei lá, já estava aliviado", contou Divino.

"Divininho" afirmou que de Posse, andou pela estrada, comendo buchas de laranja e cascas de melancia. Já havia comido, pela manhã; castanhas de coquinhos que encontrou pela estrada e algumas espigas de milho verde. Andando pela estrada, arrumou outra carona para Alvorada e disse ao motorista do caminhão que iria comprar remédio para seu pai que estava doente".

"Em Alvorada, a fome era muito grande. Pedi comida em um restaurante e como não me deram, comi os restos que estavam em uma lata, do lado da rua. Depois caminhei, até que encontrei um homem, Seo Geraldo, num Chevette branco que se dizia membro da igreja Assembléia de Deus. Cheguei em Anápolis com muita fome. Depois do homem me deixar no trevo, voltou para me buscar e me deu Cr\$ 5 mil. Aquilo foi minha salvação. Quando cheguei em casa, de ônibus, nem acreditei", completou.

Poderíamos citar outros casos de escravidão por dívida, este constitui apenas um exemplo ocorrido em 1984. Estamos tratando de empresas capitalistas avançadas e modernas que, como ressaltam Martins; 82; 1984, utilizam ao mesmo tempo desde relações modernas e avançadas de trabalho assalariado até às relações atrasadas e ostensivamente violenta da peonagem. Esses casos mostram, justamente, que tais relações não são atributo de antiquadas fazendas, "feudais" no dizer de alguns, ou "pré-capitalistas" no dizer de outros. É o capital mais avançado que recria essas relações. Essa forma não-capitalista, porque não-salarial, de exploração do trabalho, se determina, no entanto, pelo movimento do capital, nessas condições históricas. A fazenda formada deste modo constituirá um capital da empresa para uso perfeitamente capitalista.

O que está em jogo, num caso como nos outros, é a perda, por parte do trabalhador, da condição de livre possuidor de sua força de trabalho. Através da instituição da dívida, ele passa de "livre a escravo, de possuidor de uma mercadoria a mercadoria". (Max:1968; p. 121, ob cit in Neide Esterici p. 183).

A dívida adquire uma relevância singular porque através do endividamento justifica-se o cerco aos trabalhadores e configuram-se como "fugas" suas tentativas de deixar as áreas de serviço. A constituição da dívida, no entanto, está associada à forma de exploração e controle sobre a força de trabalho que as empresas exerciam através dos intermediários e da remuneração por produção.

Configurava-se a dívida para o trabalhador, toda vez que a diferença entre o montante das despesas que lhe haviam sido debitadas e da remuneração que era a dívida, era favorável ao empregador. Não tendo outro recurso para saldar a dívida, o trabalhador tinha que se engajar em uma nova tarefa até que a dívida fosse liquidada. Três eram os tipos de despesas debitadas aos trabalhadores: o "abono", as despesas de viagem e o "fornecimento". (Esterci; p.183/190; 1985).

Conclui-se, portanto que na peonagem, ou escravidão por dívida, não há a relação tipicamente capitalista, a compra e a venda da força de trabalho. Ocorre na verdade uma escravidão disfarçada de relação salarial, baseada num constante endividamento.

ABSTRACT

This paper talks about of an example of delit slavery occured in Bahia, in the interior of a reforestation enterprise called Floryl, responsible for the recuitment of workeis in Southern of Goiás State and kept then in a plavery condition.

BIBLIOGRAFIA

1. Esterci, Neide. Conflito no Araguaia - Peões e Possesiros contra a Grande Empresa. Tese de Doutorado - F.F.L.C.H. USP - São Paulo. 1985 - (Mimeografado).
2. Martins, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Ed. Vozes. Petrópolis, 1984.
3. Jornais
- "Escravidão ainda existe em Goiás", in Diário da Manhã, 19 de janeiro de 1984, p.19.

BARBOSA, Yacarim M. A Marcha da Escravidão Branca. Boletim Goiano de Geografia. 11(1).70-79. Jan./Dez.1991.

- "Tráfico de escravos para a Bahia", in Folha de Goiás, 19 de janeiro de 1984, p. 20.
- "Trabalhador rural consegue fugir de trabalho escravo", in O Popular, 20 de janeiro de 1984, p. 6.
- "Sete escapam da escravidão de Floryl", in Diário da Manhã , 20 de janeiro de 1984, p.11.
- "Seis dias a pé na caminhada pela liberdade", in Diário da Manhã, 21 de janeiro de 1984, p. 11.
- "Reflorestamento", in Folha de São Paulo, 14 de janeiro de 1991, p. F-2. Economia.